

**Guilherme Carvalho**  
ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-3607-6632>  
Uninter/UEPG

**Táticas de controle editorial à  
imprensa no Governo Bolsonaro:  
antigas e novas estratégias**

**Tactics of editorial control of the  
press in the Bolsonaro govern-  
ment: old and new strategies**

**Tácticas de control editorial de la  
prensa en el gobierno de  
Bolsonaro: viejas y  
nuevas estrategias**

## RESUMO

Propomos uma leitura atual de dados de organizações que indicam as estratégias adotadas pelo governo do presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro no que diz respeito à imprensa. Verificamos que as ações caracterizam-se pelas tentativas de estabelecer o controle editorial sobre jornalistas e jornais por meio de três recursos: o repasse cirúrgico de recursos públicos por meio de verbas publicitárias do governo, a judicialização dos conflitos com a imprensa e a descrcredibilização do trabalho jornalístico por meio de ataques públicos. O estudo aponta ainda uma condição histórica favorável ao exercício de práticas de controle e censura jornalística no Brasil, caracterizando particularmente a imprensa do país.

**Palavras-chave:** Controle editorial, Imprensa brasileira, Governo Bolsonaro, História.

## ABSTRACT

We propose a current reading of data from organizations that indicate the strategies adopted by the government of Brazilian President Jair Messias Bolsonaro with regard to the press. We found that the actions are characterized by attempts to establish editorial control over journalists and newspapers through three resources: the surgical transfer of public resources through government advertising funds, the judicialization of conflicts with the press and the discrediting of work journalistic through public attacks. The study also points out a favorable historical condition for the exercise of journalistic control and censorship practices in Brazil, particularly characterizing the country's press.

**Keywords:** Editorial control, Brazilian press, Bolsonaro government, History.

## RESUMEN

Proponemos una lectura actual de datos de organizaciones que indican las estrategias adoptadas por el gobierno del presidente brasileño Jair Messias Bolsonaro con respecto a la prensa. Verificamos que las acciones se caracterizan por los intentos de establecer el control editorial sobre periodistas y diarios a través de tres recursos: la transferencia quirúrgica de recursos públicos a través de fondos publicitarios del gobierno, la judicialización de los conflictos con la prensa y el descrédito del trabajo periodístico a través de ataques públicos. El estudio también apunta a una condición histórica favorable para el ejercicio de las prácticas de control y censura periodística en Brasil, caracterizando particularmente a la prensa del país.

**Palabras clave:** Control editorial, Prensa brasileña, Gobierno de Bolsonaro, Historia.

Submissão: 9-3-2022

Decisão editorial: 1-8-2023

## **1. Introdução**

O reconhecimento social que delegou ao jornalismo o papel protagonista para representar extraoficialmente o interesse público, a partir de um processo histórico de construção demarcado por sua eficácia e adaptação, permitiu que o jornalismo ganhasse uma espécie de mandato público para exercer um papel vigilante sobre o Estado, agentes públicos e sobre a própria sociedade. Assim, esta atividade se constituiu como instituição mediadora dos diversos interesses, ocupando o papel de tribuna pública, permeada por interesses privados (Habermas, 2014). Quando impedida de desenvolver este papel, seja por interesses externos ou internos ao jornalismo, percebe-se uma crise representativa.

A complexidade das condições de produção jornalística, já desafiada pela dinâmica social conflituosa da modernidade, ao afastar-se da dependência pública, torna a atividade dependente dos favores ou benefícios que outros segmentos podem oferecer. Merrill (1974) descreve a dicotomia entre liberdade e responsabilidade como o aspecto que torna o jornalismo uma atividade de não-consensos. Liberdade representa os valores individuais que constituem a sociedade moderna e responsabilidade refere-se ao papel social representativo dos jornais.

Se o jornalismo não é capaz de fazer valer estes aspectos, isto é, se se manifesta essencialmente o controle governamental ou quando se evidencia a influência de determinados grupos com interesses particulares sobre a produção jornalística, então duas possibilidades existem para que o negócio se sustente. Ou as ações de marketing são capazes de enganar o público, escondendo suas reais intenções, ou os responsáveis pelo controle editorial são também os principais financiadores. Em ambos os casos, o que se entende como jornalismo estaria sob ameaça.

É claro que este debate é muito mais complexo do que o que estamos expondo inicialmente aqui. As relações de controle sobre o trabalho jornalístico são demarcadas por uma série de outros aspectos, como propõe o campo teórico do jornalismo, o que nos impede de observar certas realidades a partir de pressupostos deterministas.

No Brasil, o sentido de crise no jornalismo vem sendo desafiado, ao menos no que diz respeito ao princípio de liberdade como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da atividade e sustentação dos negócios na área. Ao longo da história, a imprensa brasileira tem convivido com diferentes graus de censura e estratégias que se adaptam às condições estabelecidas para o controle editorial. Controle editorial é entendido aqui a partir do que define Breed (1955), cuja ação, ainda que originária de ambiente externo, se expressa internamente nas redações jornalísticas. A censura seria um dos mecanismos de controle, dentre outros possíveis.

Não há novidade, portanto, nas investidas governamentais para controlar o que jornalistas e empresas jornalísticas dizem a seu respeito ou a respeito de seu

governo. Assim como também em outros governos, incluindo o de adversários políticos do então presidente Jair Bolsonaro, como Luiz Inácio Lula da Silva, governos em que as tentativas também existiram ainda que distintamente.

Não estamos, com isso, querendo estabelecer comparações. É preciso reconhecer que os graus de censura são diferentes e alteram-se, principalmente, as estratégias adotadas. Se observarmos a historiografia do jornalismo brasileiro, verificaremos que as tentativas de controle e censura estão presentes desde sempre, seja por governos, do poder econômico ou mesmo pelas mãos dos proprietários das empresas jornalísticas. Nesse sentido, como observa Carvalho e Figueira (2022), constitui-se como uma tradição brasileira que apresenta latência, oscilando entre momentos de maior ou menor presença.

Neste artigo, propomos uma leitura atual de dados de organizações que indicam as estratégias adotadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro cujas ações caracterizam-se pelas tentativas de estabelecer o controle editorial sobre jornalistas e jornais por meio de três recursos: o repasse cirúrgico de recursos públicos por meio de verbas publicitárias do governo, a judicialização dos conflitos com a imprensa e a descredibilização do trabalho jornalístico por meio de ataques públicos.

Este debate é desenvolvido a partir de aspectos historiográficos, observando brevemente a caracterização da censura à imprensa brasileira, desde os primórdios até os tempos atuais. Além das limitações ao método historiográfico no jornalismo, conforme indicam Pontes (2009), Barbosa (2009) e Carey (2008), deve-se considerar neste trabalho, o fato de que os

dados obtidos foram tomados a partir do levantamento de outras pesquisas, cuja metodologia difere em cada caso. Também reconhecemos a limitação da abordagem adotada que traz indicações para se pensar o problema em âmbito nacional e a partir dos aspectos políticos e fatos ligados ao poder executivo da União, não observando questões regionais ou locais ou outros mecanismos de censura que se ligam especificamente a realidades particulares dos jornais e dos jornalistas.

## **2. Marcas históricas do controle**

Episódios de violência contra imprensa e jornalistas perseguem a história brasileira. Se não por grupos radicais, por força do próprio Estado ou por incentivo de políticos e grupos ligados a correntes políticas. Este tipo de prática se estabelece mais fortemente, portanto, a partir de fatores externos às redações. Em nível interno, naquele restrito às condições impostas nas redações, onde são mais comuns a sobreposição de interesses políticos e econômicos ligados aos proprietários dos meios de comunicação, as origens da censura são outras e operam de forma mais implícita (Carvalho; Figueira, 2022).

O período pré-jornalístico no Brasil (de 1500 a 1900) é marcado por vários episódios de censura institucional. Segundo Sodré (1977), a herança civilizatória proveniente principalmente dos portugueses foi marcada por evidente censura e controle de qualquer publicação, não apenas pela coroa portuguesa, mas também pela igreja, que detinha ainda grande relevância política e social nos primeiros séculos pós-descobrimento. Melo (1973) acrescenta aspectos socioculturais como o analfabetismo, e o

que ele identifica como atraso cultural dos povos indígenas no Brasil em relação aos demais nativos das colônias inglesas e espanholas, a incipiência econômica e estatal da coroa portuguesa na metrópole e na colônia de dimensões continentais, entre outros aspectos, como determinantes para a diferença de pelo menos 275 anos do surgimento da imprensa no Brasil em relação aos demais países americanos.

O modelo que perdura a partir do surgimento daquele que é reconhecido como o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Brasiliense*, em 1808, é não apenas a da proibição de circulação aos impressos críticos à coroa portuguesa, mas o de apoio aos que se posicionavam favoravelmente ao governo. A criação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e o financiamento da chamada imprensa áulica seria um modelo herdado por Dom Pedro I, com a independência do Brasil em 1822, e depois por seu filho Dom Pedro II (Tengarrinha, 2006; Messagi Jr., 2009; Sodré, 1977; Melo, 1973).

A fundação da república brasileira, em 1889, também não representou uma mudança no cenário. Episódios de violência, quebra de equipamentos, perseguições a jornalistas foram recorrentes (Sodre, 1977). Conforme Ferreira (1988), neste período muitos jornais desapareciam devido aos problemas financeiros, uma vez que uma grande parcela dos trabalhadores era analfabeta ou não tinha condições de financiar jornais, impedindo a formação de um público consumidor.

Assim, e diante de uma burguesia ainda pouco consolidada no Brasil, a principal fonte de receita dos jornais brasileiros eram os recursos públicos destinados pelos governos.

Para a adoção de novos modelos na virada do século XIX para o XX é fundamental para esta imprensa angariar recursos para subsidiar a sua modernização. Como o sistema de venda avulsa e de assinaturas é irrisório e como a publicidade está apenas engatinhando, esses jornais têm uma relação com a sociedade política, através de recursos aos favores e favorecimentos, a possibilidade mais vantajosa de aferir lucros. [...] a grande receita dos periódicos é resultado de ligações políticas com grupos dominantes. (Barbosa, 2008, p. 132)

O período liderado pelo então presidente Getúlio Vargas (1930-1954), também é apresentado pela bibliografia como de grande controle aos jornais. Esta caracterização está associada ao financiamento de jornais com recursos públicos para os que apoiavam Vargas e pela repressão daqueles que se colocavam contrários ao seu governo, tendo como principal agente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>1</sup>. Destaca-se as ações governamentais que nomeavam censores para atuarem dentro das redações durante o período do Estado Novo, ou, em outros casos, a imposição do fechamento do jornal (Luca, 2012; Barbosa, 2008).

O chamado "interregno democrático", que segue até 1964, é caracterizado como um período de liberdade aos jornais, inaugurando, finalmente, segundo Barbosa (2008), o profissionalismo, os princípios de objetividade e os valores de neutralidade no jornalismo brasileiro, ainda que de forma relativa.

---

<sup>1</sup> "O DIP, além das prerrogativas da censura, controla o registro de jornais, das emissoras de rádio e serviços de alto-falantes, das revistas; distribui a propaganda do regime; ordena a prisão de jornalistas; fecha jornais e rádios, dita o que pode ou não ser publicado." (Barbosa, 2008, p. 141)



Com o golpe militar em 1964 e a reinstitucionalização da censura no Brasil, verifica-se um período de recrudescimento da violência contra jornalistas e jornais, aliada, mais uma vez, ao favorecimento de grupos de mídia que apoiavam o governo (Barbosa, 2008). Este seria o período reconhecido como ápice da censura governamental à imprensa brasileira, citado recorrentemente pelo uso de violência do Estado contra jornais e jornalistas.

A movimentação social dos anos 1980 que culminou com a nova Constituição de 1988, restabeleceu oficialmente o direito à liberdade de expressão e resguardou os direitos à liberdade jornalística no Brasil. No entanto, permanece também uma relação clientelista entre governos e imprensa, na qual os recursos públicos financiam jornais em troca de posições editoriais mais favoráveis, aliado também a posicionamentos desfavoráveis para o caso de políticos que não estejam alinhados aos interesses de grupos de mídia (Silva, 1985).

Nos anos 1990 também é nítido o apoio de grande parte da mídia de referência às medidas governamentais do então presidente Fernando Henrique Cardoso, sobretudo a respeito de sua política neoliberal que resultou na venda de várias estatais (Camargo, 2012). Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, as condições não seriam completamente distintas. A própria eleição de Lula, amparada por boa parte do empresariado nacional, estava associada ao posicionamento neoliberal do candidato “de esquerda” que previa, a manutenção do sistema de comunicação monopolista e também os financiamentos públicos para empresas de comunicação privadas. Durante sua campanha eleitoral em 2000,

Lula publicou o documento "Carta aos Brasileiros", onde deixa evidente seus compromissos dentro de uma proposta de governo de coalizão: "[...] segundo o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci<sup>2</sup>, esse documento foi negociado entre ele e João Roberto Marinho<sup>3</sup>, das Organizações Globo [...]" (Camargo, 2012, p.125).

Parte das ações governamentais do executivo federal para a mídia durante os anos 1990 e 2000 esteve ligada à busca de apoio por meio da concessão de canais de rádio e televisão, o que também não era uma novidade, já que os governos militares e o de José Sarney, nos anos 1980, também já utilizavam deste recurso para garantir espaços na radiodifusão brasileira a grupos que apresentassem algum grau de lealdade, incluindo políticos e lideranças religiosas (Carvalho, 2017).

Se por um lado, os governos são grandes financiadores e concessionários dos meios de comunicação, por outro, os meios de comunicação, dependentes dos recursos e favores dos governos, tornam-se suscetíveis à locação da sua linha editorial.

Deste modo, ainda que a censura já não seja mais exercida de forma explícita pela força repressora do Estado, o que é diferente da censura exercida pelos governos ou gestores públicos, é bastante evidente ainda o poder de influência externa sobre as redações jornalísticas no Brasil, exercidas indiretamente por grupos políticos e econômicos, e mais diretamente por parte do corpo diretivo dos jornais. Este controle é marcado pela sutileza ou imposto pela própria lógica produtiva do jornalismo, construída por meio de

---

<sup>2</sup> Viria a ser o Ministro da Fazenda de Lula.

<sup>3</sup> Filho de Roberto Marinho, fundador da Rede Globo.

rotinas, manuais de redação, editoriais, seleção de pautas, ascensão de certos perfis da redação, destaque maior para certos conteúdos, recursos financeiros e humanos disponíveis, entre outros.

O comportamento mais conservador por parte dos jornalistas na busca por informações pode ser, então, dominante no ambiente de trabalho. Em geral, as práticas influenciadas por estas condições tendem a considerar as fontes oficiais ou versões provenientes de instituições de maior prestígio. É o que tem rendido à boa parte da imprensa a acusação de promover um jornalismo declaratório e oficialista que se estende até os dias atuais. Sobre este assunto, é possível encontrar um debate mais aprofundado em Bernardes (2011), Christofolletti (2018), Emiliano (2015), Dias (2020) e Nunomura (2012).

As especificidades brasileiras forjaram um jornalismo *sui generis*, cuja convivência com o autoritarismo e o uso instrumental por parte de governos fomentou uma lógica produtiva marcada por limites que restringem fortemente as capacidades jornalísticas tanto do ponto de vista da relevância e intervenção social que se possa realizar, como também em termos de consolidação de um mercado de grande concorrência.

### **3. As velhas/novas estratégias de controle**

Como apontamos anteriormente, a nova Constituição, aprovada em 1988, reconhece o direito à liberdade de expressão, colocando limites à ação governamental para impedir ou determinar a publicação de certas informações. Sem a autorização para uso da força repressora do Estado para coibir jornais e jornalistas, políticos e empresários passam a adotar estratégias já recorrentes na história brasileira,

associando-as a outros mecanismos menos explícitos. Três delas tornam-se mais usuais. Primeiramente, observa-se o uso de recursos públicos e privados com a expectativa de “compra” da linha editorial dos veículos. A outra estratégia é marcada pela judicialização crescente de embates de interesse que envolvem a produção jornalística com o objetivo de punir empresas jornalísticas e jornalistas, e cuja intenção é inibir o trabalho de apuração e publicação de informações que atentam contra alguns grupos. Por fim, verifica-se ainda a estratégia de descrédibilização da imprensa que caminha proximamente a ações de violência e agressões por grupos de apoiadores a determinados políticos.

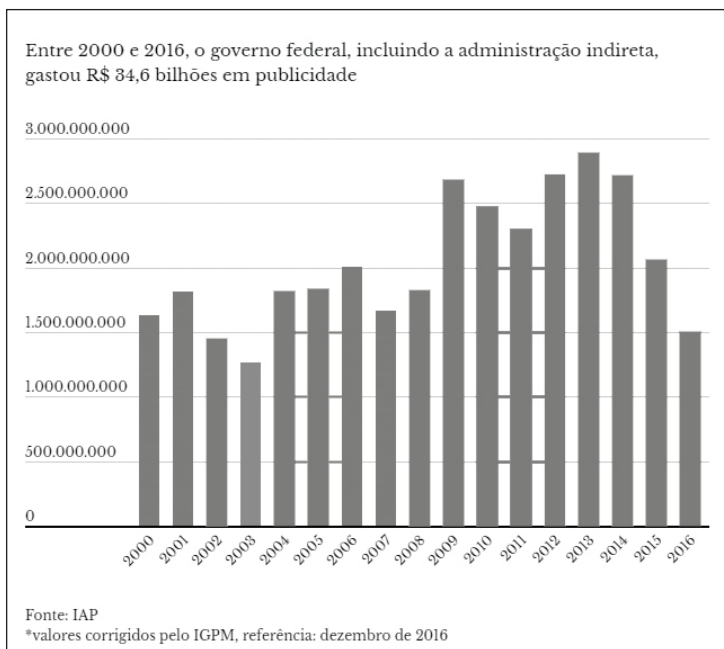
### 3.1 *Recursos públicos*

A estratégia de financiamento ou estrangulamento financeiro de jornais se mostra bastante presente na atualidade. Persistem, por exemplo, políticas de favorecimento a empresas de comunicação para compra e importação de insumos, equipamentos, redução ou isenção de impostos, empréstimos a juros especiais, entre outras ações desta natureza. Além disso, é preciso ressaltar o papel de influência dos governos sobre determinados grupos empresariais que se constituem como financiadores da imprensa por meio de publicidade, investimentos ou outras maneiras de apoio financeiro. Por fim, também o financiamento direto ou indireto de jornais por meio da publicidade estatal dos governos ou de empresas do governo também são frequentes, delimitando as escolhas editoriais dos jornais.

Em 1980, o Estado possuía 82 das 200 maiores empresas não-financeiras do país, que se caracterizavam também como grandes anunciantes nos meios de comuni-

cação. Desde o princípio dos anos 1970 o governo tem sido identificado como o maior anunciante individual do Brasil (Mattos, apud Mattos, 2005, p.35).

Nos anos 2000, com a ascensão de Lula, do Partido dos Trabalhadores, e sua chegada à presidência da república em 2002, os meios de comunicação brasileiros viveram um período extremamente promissor do ponto de vista financeiro, ao menos no que diz respeito aos recursos repassados pelo governo federal. De 2000 a 2016 foram destinados aproximadamente 35 bilhões de reais para publicidade em meios de comunicação impressos e eletrônicos no Brasil, média de 2,2 bilhões de reais por ano (Carvalho, 2020).



**Gráfico 1** – Gastos do governo federal com publicidade (2000-2016)

Fonte: Carvalho (2020)

Os critérios de distribuição destes recursos, no período do governo Lula-Dilma, baseavam-se na chamada “mídia técnica”, que destinava recursos aos meios de acordo com sua audiência. O modelo, além de fortalecer a formação de monopólio, também destina recursos públicos para iniciativa privada sem obedecer a aspectos legais instituídos como é o caso de licitações e outros mecanismos que envolvem este tipo de operação, favorecendo a expectativa de aluguel da linha editorial dos jornais (Gramacho, 2015).

Neste período, o governo federal também destinou recursos para novos canais provenientes de meios digitais. A chamada mídia alternativa, onde as posições políticas tendem a se tornar mais evidentes, também se beneficia de recursos públicos. Os critérios não muito claro de distribuição do dinheiro, incluem não só verbas públicas diretas da União, mas também de empresas públicas<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Em um artigo publicado em seu blog, Fernando Rodrigues denuncia o repasse de recursos pelas principais empresas públicas do país (Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica) para jornais demonstrando que o critério técnico não se aplicava nestes casos, já que sites de menor audiência, cujas posições eram favoráveis ao governo do PT tinham verbas maiores do que outros com maior audiência. Ver: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/12/17/petrobras-bb-e-caixa-lideram-gastos-de-publicidade-para-midia-alternativa/>.



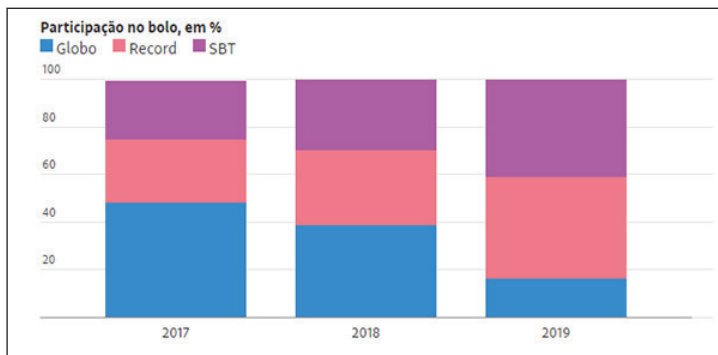
**Gráfico 2** – Publicidade da União para 16 veículos da mídia alternativa

Fonte: Poder 360 (idem nota 8)

Já o governo Bolsonaro, no ano de 2019, gastou quase 1 bilhão de reais, reduzido em quase metade o que vinha sendo gasto com publicidade<sup>5</sup>. Esta redução de recursos, no entanto, não significou uma mudança nas condições de liberdade jornalística e contrasta com uma distribuição “cirúrgica” de recursos por parte do governo. Um episódio recente que marca o aspecto financeiro no repasse de recursos públicos a meios de comunicação, refere-se a distribuições de verbas para as três maiores emissoras de televisão do Brasil. Até 2018, a Globo, detentora da maior audiência entre os canais de TV abertos do país, recebia 48,5% do bolo de verbas publicitárias do governo federal, contra 24,8% do SBT e 26,6% da Record. Em 2019, quando Bolsonaro assumiu a presidência, a Globo passou a obter o menor valor dentre

<sup>5</sup> Ver: <https://www.terra.com.br/economia/governo-bolsonaro-e-estatais-gastaram-quase-r-1-bilhao-em-propaganda-em-2019,53db757becc46deb551da7cd02cfb2b3d2joiya8.html>.

as três. Em 2019, a Globo ficou com 16,38% do montante, SBT com 41% e Record com 42,6%<sup>6</sup>, redefinindo os critérios de distribuição anteriores.



**Gráfico 3** – Recursos do governo federal destinados às 3 principais emissoras de TV aberta (2017-2019)

Fonte: Folha de S. Paulo (idem nota 10)

A mudança estava alinhada a um posicionamento público contrário à Globo por parte do então presidente, que declarou diversas vezes sua insatisfação com o trabalho jornalístico da emissora, contrastando com suas aparições sempre bem dispostas em relação ao SBT e à Record, além de outras emissoras, cujo jornalismo tende a ser mais compreensivo em relação ao governo federal e até declaradamente apoiadoras, evitando críticas ao presidente e cujos colunistas atuavam quase como assessores de imprensa de Bolsonaro, apontando o “outro lado” ou a versão oficial do governo<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/globo-perde-participacao-em-verba-oficial-de-publicidade-sob-bolsonaro.shtml>.

<sup>7</sup> Ver: <https://theintercept.com/2020/02/23/imprensa-bolsonaro-band-sbt-record-rede-tv/>.



O governo Bolsonaro também foi sendo acusado de destinar recursos públicos para blogs e sites, além de jornalistas e apresentadores que trouxeram posicionamento favorável ao seu governo. O caso gerou a instalação de uma investigação pelo Congresso Nacional, a chamada "CPMI das Fake News", em 2019, que investiga o financiamento de sites que difundem "fake news". BNDES e Banco do Nordeste teriam comprado 806 mil anúncios veiculados em blogs e canais de influenciadores, sem qualquer critério técnico para o repasse. Outro montante do dinheiro repassado diretamente pelo governo federal teria sido destinado ao Google sem que se estabelecessem critérios para publicação de anúncios, o que resultou no financiamento de sites de aposta e de pornografia, inclusive<sup>8</sup>. Os valores chegariam a 11 milhões de reais no caso da Google<sup>9</sup>.

Já no caso de apresentadores de programas, os valores seriam da ordem de R\$ 268 mil, destinados para divulgação de campanhas do governo durante a exibição dos programas. A destinação dos recursos não atende a critérios de transparência e foi destinado a pessoas que já expressavam apoio ou posicionamento favorável ao então presidente Jair Bolsonaro<sup>10</sup>.

Estas práticas, observadas aqui, no âmbito do governo federal, são reproduzidas também em nível estadual e regional. É comum que prefeituras e governos

---

<sup>8</sup> Sobre este tema, ver <https://www.extraclasse.org.br/politica/2020/08/sites-de-fake-news-financiados-com-dinheiro-publico-na-mira-do-tcu/>.

<sup>9</sup> Ver <https://theintercept.com/2020/08/13/bolsonaro-usa-google-distribui-milhoes-reais-sites-fake-news-adsense/>.

<sup>10</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/governo-bolsonaro-pagou-r-268-mil-a-apresentadores-bolsonaristas-e-de-tv-aliada.shtml>.

de estado publiquem anúncios em meios de comunicação com a expectativa de reduzir possíveis prejuízos relacionados à imagem do gestor ou para garantir uma posição editorial favorável do jornal. Destaca-se ainda os vários casos de parlamentares proprietários de meios de comunicação. Considerando apenas dados do Congresso Nacional, nas eleições de 2018, foram eleitos “32 deputados federais e oito senadores que conciliam a atividade parlamentar com os interesses como empresários do campo da mídia” (Gallas, 2018, online). Para não citar prefeitos, vereadores, deputados estaduais entre outros cargos públicos cujos gestores se utilizam de concessões públicas de sinal para usos promocionais de suas candidaturas.

A partir das concessões de canais, conforme Carvalho (2017), uma vez autorizadas, o empresário passa a desfrutar de um espaço público para fins privados. Esta também é uma prática recorrente, garantindo canais para grupos cujo posicionamento editorial traz vantagens ao gestor, incluindo não apenas vantagens eleitorais para o dono do canal, mas também para grupos ligados a ele.

### 3.2 Judicialização

Segundo Mattos (2005), o uso de instrumentos legais para conter o trabalho jornalístico no Brasil não é uma novidade. O próprio governo militar fez muito uso de leis para impor a censura durante a última ditadura. Entretanto, com o fim da Lei da Imprensa, em 2009, uma lei herdada do período ditatorial, o Código Civil passou a ser utilizado para criminalizar o trabalho de jornalistas, baseado na defesa da “honra, boa fama ou respeitabilidade” do indivíduo ou organização.

Em um levantamento realizado pela ConJur, verifica-se um crescimento muito acentuado de ações judiciais contra jornais e jornalistas no Brasil. Se antes da Constituição Federal foram registradas apenas 150 ações ao longo da história, após a aprovação da Carta Magna, registrou-se 3.192 processos até o ano de 2002, cuja predominância é por ações indenizatórias<sup>11</sup>.

O projeto "Ctrl+X", criado pela Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji), monitora, desde 2002, os processos movidos contra empresas de comunicação do país<sup>12</sup>. O grupo registrou um total de 5.478 ações desde então. Em 2006 foram comunicados apenas 21 processos; em 2015, 370; em 2018 (ano eleitoral) 1.226; em 2019, 300; e em 2020, 373. Dentre os principais autores, estão políticos que tendem a mover processos para retirada de conteúdos, principalmente, em período eleitoral. O trabalho de Machado e Locatelli (2019), por exemplo, mostra que a maior parte dos processos são vencidos pelos réus, ou seja, pelas empresas e jornalistas acusadas. Segundo o levantamento de 2018, 65% dos casos foram vencidos por réus (Gráfico 4).

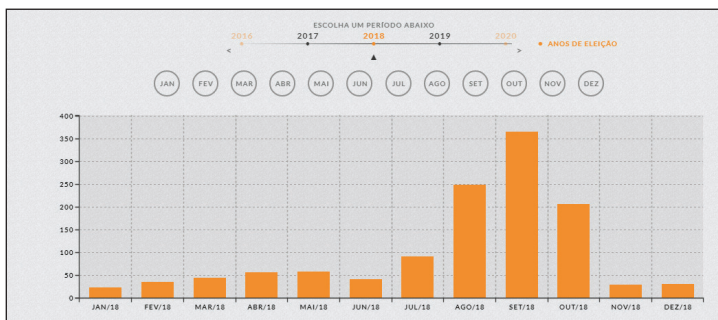
Em 2005, durante a criação da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, o então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Nelson Sirotsky denunciou a "indústria do dano moral", referindo-se ao crescimento de processos judiciais contra jornais e jornalistas (Mattos, 2005).

Em 2021 a Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji) criou o Programa de Proteção

---

<sup>11</sup> Ver [https://www.conjur.com.br/2003-set-30/dobra\\_numero\\_processos\\_imprensa\\_jornalistas](https://www.conjur.com.br/2003-set-30/dobra_numero_processos_imprensa_jornalistas).

<sup>12</sup> Ver <https://www.ctrlx.org.br>.



**Gráfico 4** – Ações judiciais movidas contra meios de comunicação e jornalistas (2018)

Fonte: CtrlX (idem nota 16)

Legal para Jornalistas<sup>13</sup>, financiamento da organização internacional *Media Defence*, em parceria com o Instituto Tornavoz. Além disso, a associação também defende a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6792, proposta pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI)<sup>14</sup>, para contestar o emprego abusivo de ações judiciais de reparação de danos materiais e morais contra jornalistas.

Mattos (2005) lista a tentativa de aprovação do projeto de lei 536/99, chamada “Lei da Mordaça”, proposta por Jorge Bornhausen, do então Partido da Frente Liberal, que visava proibir gestores públicos de conceder informações aos jornais, e o projeto de lei 3.232/92, de Vilmar Rocha, também do PFL, partido da base de apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que visava a substituição da Lei de Imprensa.

<sup>13</sup> Ver <https://abraji.org.br/noticias/programa-de-protexao-legal-para-jornalistas-entra-em-operacao>.

<sup>14</sup> Ver <http://www.abi.org.br/abi-contesta-uso-abusivo-de-aco-es-judiciais/>.

Durante o governo do PT (2002-2018) foram registrados alguns episódios de censura a jornais e jornalistas por meio do uso de recursos judiciais. Um dos casos de maior repercussão foi do jornalista estadunidense Lerry Rohter, do New York Times, que publicou, em 2004, uma reportagem associando a imagem de Lula ao alcoolismo, por supostamente manter hábito de beber cachaça com certa frequência. O governo conseguiu a cassação do visto do jornalista, que recebeu salvo-conduto do Supremo Tribunal Federal três dias depois para permanecer legalmente no Brasil<sup>15</sup>.

Alguns episódios do governo Lula (2003 a 2011) foram percebidos por certos setores como tentativas de controle editorial da mídia. Em nenhum dos casos houve efetividade, já que os projetos foram retirados ou permaneceram “engavetados” no Congresso Nacional.

O governo petista foi acusado de tentar estabelecer a censura por meio da criação do Conselho Federal dos Jornalistas, em 2004, uma reivindicação antiga capitaneada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e intelectuais e organizações ligados às instituições de ensino superior. A proposta recebeu duras críticas da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e houve manifestações públicas dos principais jornais do país contrários ao projeto que acabou sendo arquivado (Mattos, 2005).

Em outra ação, o governo Lula (no segundo mandato) teria ameaçado a liberdade de expressão quando tentou transformar a Agência Nacional de Cinema (Ancine) em uma agência reguladora que

---

<sup>15</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2019/08/16/lula-nao-expulsou-jornalista-mas-pedido-chegou-a-ser-feito.htm>.

poderia fiscalizar o setor de radiodifusão e telecomunicações. Após pressão de alguns setores, a medida foi desconsiderada (Mattos, 2005).

Por fim, no governo de Dilma Rouseff a tentativa de regulação dos meios com a criação da chamada Lei da Mídia Democrática, a exemplo da *Ley de los Medios*, aprovada na Argentina, que previa a quebra dos oligopólios e o fortalecimento da mídia comunitária e pública, também foi percebida por alguns setores como uma tentativa de cerceamento ao direito à comunicação<sup>16</sup>.

Já o governo Bolsonaro utilizou, no que diz respeito a estratégias judiciais contra jornais e jornalistas, principalmente, a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 1983, durante a ditadura militar e o Código penal. Os casos se referem a episódios pontuais que tratavam especificamente da sua imagem e todos os processos foram movidos pelo então ministro da Justiça e Segurança André Mendonça<sup>17</sup>.

O jornalista Ricardo Noblat foi denunciado por incitação a atentado contra o presidente por um comentário em rede social, com base na LSN em março de 2020. Em junho de 2020, os jornalistas Renato Aroeira e Ricardo Noblat foram acusados de calúnia contra o presidente pela publicação de uma charge que associava Bolsonaro ao nazismo. Em julho de 2020, Marcelo Feller, foi processado por calúnia contra o presidente após comentário na CNN Brasil, responsabilizando-o pelas mortes por Covid-19, com base na

---

<sup>16</sup> Ver <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340/>.

<sup>17</sup> Levantamento realizado pela Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/conheca-20-atingidos-por-investigacoes-de-crimes-da-lei-de-seguranca-nacional-e-opositores-de-bolsonaro.shtml>.

Lei de Segurança Nacional. O colunista da Folha de S. Paulo Hélio Schwartsman também foi processado em julho de 2020, com base na LSN, por ofensa à honra do presidente.

Em junho de 2021, a Associação Brasileira de Imprensa enviou pedido ao Supremo Tribunal Federal solicitando a inconstitucionalidade e o uso abusivo de ações judiciais e de inquéritos policiais com base no fundamento de crimes contra a honra quando se trata de atividades jornalísticas.

[...] desde o início do atual governo, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública vem requisitando a abertura de inquéritos policiais em face de publicações de jornalistas e de outras manifestações públicas críticas. Conforme a associação, nos últimos dois anos, foram abertos 77 inquéritos, a maioria por crimes contra a honra, que "ainda que sem viabilidade jurídica, servem ao propósito ilícito de silenciar jornalistas"<sup>18</sup>.

As ações judiciais diretas da presidência da república, aparentemente, contrastam com os dados a respeito da judicialização dos conflitos de interesse envolvendo o trabalho jornalístico. Neste caso, seria importante uma pesquisa mais detalhada em outros níveis do poder para identificar os principais agentes na apresentação de denúncias contra jornalistas.

### 3.3 *Descrédibilização e violência*

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou, em 2021, um relatório sobre a "Situação

---

<sup>18</sup> Ver <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/planalto-rebate-acao-contra-uso-do-sistema-penal-para-limitar-liberdade-de-imprensa-18062021>.

dos direitos humanos no Brasil<sup>19</sup>". O documento, no que concerne à liberdade de expressão, apresenta preocupação com a situação do país. Nos últimos 5 anos, segundo o documento, foram assassinados ao menos 11 jornalistas no Brasil por motivos supostamente relacionados à atividade jornalística, além de dezenas de agressões físicas. Também se registrou 141 casos de ameaças e violência contra jornalistas que cobriam as eleições entre janeiro e outubro de 2020. Boa parte promovidas por "milícias virtuais" montadas para difamar e atacar jornalistas. Um dos casos mais famosos é o de Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha de S. Paulo, que havia denunciado o uso de estratégias irregulares na campanha de Bolsonaro, como o disparo de conteúdos falsos para privilegiar sua candidatura em 2018. Ao ser questionado a respeito, Bolsonaro, então presidente eleito, fez acusações de cunho sexual à jornalista, mobilizando grupos de apoio em redes sociais, na tentativa de desmoralizar o trabalho dela<sup>20</sup>.

Há outros dados recentes que dão conta de demonstrar o cenário desfavorável em relação à liberdade jornalística no Brasil. A Associação Brasileira de Imprensa<sup>21</sup> publicou em seu site o relato de ao menos 18 casos nos quais constam as palavras "censura" e "violência" contra jornalistas entre 2019 e 2020. A Comissão de Proteção aos Jornalistas (CPJ)<sup>22</sup> publicou ao menos 5 notícias relacionadas a ameaças e

---

<sup>19</sup> Ver: <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>

<sup>20</sup> Ver <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/jair-bolsonaro-e-condenado-a-indenizar-jornalista-patricia-campos-mello-27032021>.

<sup>21</sup> Ver <http://www.abi.org.br/>.

<sup>22</sup> Ver <https://cpj.org/pt/>.



violência contra jornalistas brasileiros entre os anos 2020 e 2021 (até abril).

Outro documento bastante expressivo é o relatório anual da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que contabiliza episódios de violência contra jornalistas brasileiros. O documento referente a 2020 e publicado em 2021, registra um crescimento de 105% de ataques aos jornalistas em comparação com o ano anterior, como pode ser percebido no gráfico a seguir:



**Gráfico 5** – Casos de violência registrados contra jornalistas no Brasil (2011-2020)

Fonte: Fenaj (2021)

A coleta de dados considera denúncias à Federação ou a um dos Sindicatos de Jornalistas do país, feitas pelas próprias vítimas da violência ou outros profissionais da mídia, além da compilação de notícias publicadas pelos variados canais de comunicação. São reconhecidos pela federação como casos

de violência desde agressões verbais a agressões físicas, ameaças e assassinatos. O gráfico a seguir traz o quantitativo percentual por tipo de agressão registrada, sendo as ações de descrédibilização à imprensa as que obtiveram maior recorrência, seguido de casos de censura.

ASSASSINATOS – 2 CASOS	0,47%
AGRESSÕES FÍSICAS – 32 CASOS	7,48%
AGRESSÕES VERBAIS/ATAQUES VIRTUAIS – 76 CASOS	17,76%
AMEAÇAS/INTIMIDAÇÕES – 34 CASOS	7,94%
ATAQUES CIBERNÉTICOS – 6 CASOS	1,40%
ATENTADO – 1 CASO	0,23%
CENSURAS – 85 CASOS	19,86%
CERCEAMENTOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO POR MEIO DE AÇÕES JUDICIAIS – 16 CASOS	3,74%
DESCREDIBILIZAÇÃO DA IMPRENSA – 152 CASOS	35,51%
IMPEDIMENTOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL – 14 CASOS	3,27%
INJÚRIAS RACIAIS/RACISMO – 2 CASOS	0,47%
SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO – 2 CASOS	0,47%
VIOLÊNCIA CONTRA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES/SINDICAL – 6 CASOS	1,40%

**Gráfico 6** – Tipos de violência registrados contra jornalistas no Brasil (2020)

Fonte: Fenaj (2021)

A maior parte dos casos de censura foram registrados por funcionários da Empresa Brasil de Comunicação, responsável por empresas de comunicação pertencentes ao governo federal, como é o caso da TV Brasil. Dos 85 casos nacionais, 76 são da EBC.

Já o gráfico a seguir traz o percentual de agressões por autores, realizadas apenas em 2020.



**Gráfico 7** – Autores de violência registrados contra jornalistas no Brasil (2020)

Como pode ser percebido, o então presidente Jair Bolsonaro aparece como principal ator com 175 episódios registrados de agressão. Seus filhos e ministros também figuraram como agentes das agressões.

Nesse aspecto, o governo de Jair Bolsonaro se diferencia mais fortemente em relação aos governos do PT. Se os recursos públicos reduziram, indicando uma intenção menor de aluguel da linha editorial dos meios, por outro, o então presidente e boa parte dos membros do alto escalão do seu governo e seus filhos, também políticos, atuaram (e tem atuado) no sentido de desacreditar o jornalismo e os jornais de modo geral, principalmente quando os temas lhes são desfavoráveis

Durante seu mandato não faltaram ofensas<sup>23</sup>. O objetivo é obviamente o de orientar a população a não consumir conteúdos de determinadas marcas, sob a alegação de que tem sido praticadas “fake news” e inibir o trabalho jornalístico que exponha negativamente seu governo. Os ataques à imprensa, em geral, se referem a parte das grandes empresas de mídia do Brasil, mas o discurso é generalista sobre o papel da imprensa do país<sup>24</sup>.

A tática adotada pelo governo também mobiliza indivíduos ou detentores de perfis em sites de redes sociais para atacar jornalistas e jornais. Em um levantamento a respeito dos sites de redes sociais,

a mídia profissional sofreu quase 11 mil ataques diários pelas redes sociais, o que representa 7 agressões por minuto. São postagens com palavras de baixo calão

<sup>23</sup> Ver <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-30/bolsonaro-e-a-receita-hungara-para-acabar-com-a-imprensa-critica.html>.

<sup>24</sup> Ver <https://rsf.org/pt/noticia/como-o-presidente-bolsonaro-tenta-metodicamente-silenciar-imprensa-critica>.

ou com expressões que tentam desacreditar o trabalho da imprensa, e foram produzidas por perfis e sites com viés ideológico, tanto da direita quanto da esquerda política brasileira. A soma dos ataques resultou em cerca de 4 milhões de postagens negativas contra a imprensa brasileira, o equivalente a 10% de tudo o que foi produzido em 2019 sobre a área de comunicação profissional no Brasil. (ABERT, 2019)

As ações também são orquestradas por meio das chamadas “milícias virtuais” que teriam ligações diretas com o grupo do ex-presidente Jair Bolsonaro, promovendo ataques em massa a certos jornalistas ou inimigos políticos do presidente. A estratégia envolve o uso de grupos de *Whatsapp* para organizar os ataques e a publicação de conteúdos em sites de redes sociais reproduzindo discursos simulares em diferentes ambientes. Em muitos casos, ocorre uma espécie de “linchamento virtual” de jornalistas e jornais, por meio de publicação em contas pessoais e, inclusive, no perfil dos atacados<sup>25</sup>. O objetivo é desmoralizar a vítima para colocar em questão a credibilidade e qualidade do seu trabalho e intimidá-la para arrefecer o ânimo dos jornalistas na produção de notícias negativas ao governo.

De acordo com relatório da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT, 2019), em 2019 foram publicados 39,2 milhões de tweets que trouxeram conteúdos com a combinação das palavras “mídia”, “imprensa”, “jornalista” e “jornalismo”. Desse total, 3,2 milhões de posts trouxeram críticas com palavras de baixo calão contra a mídia, ou com expressões que tentam desacreditar o trabalho da imprensa, e foram produzidos por perfis e sites mais

---

<sup>25</sup> Ver <https://crusoe.com.br/edicoes/76/os-blogueiros-de-cracha/>.

conservadores, impulsionados também pelos chamados *bots*.

Os dados apontam uma ação expressiva de perfis não humanos (tanto de robôs, contas automatizadas, como de ciborgues, contas semiautomatizadas) nas postagens do Twitter, chegando a atingir picos de 55% de automatização das postagens no dia do evento. (Kalil; Santini, 2020, p. 15)

Mello (2020) também aponta o uso de *bots* para disparo de mensagens automáticas por meio de perfis falsos cujo objetivo é ocupar espaços nas redes sociais para dar a impressão de um volume maior de pessoas com a mesma posição, provocando uma sensação de falsa maioria. Parte dos conteúdos também seriam resultantes de manipulações de dados produzidos para provocar desinformação associada ao atendimento de interesse de algum grupo político.

Desde 2018, intensificaram-se os ataques contra a imprensa. Temos cada vez mais uma realidade paralela moldada pelas redes sociais. Com o auxílio de *bots* e *trolls*, que insuflam vozes mais radicais das redes e contaminam o resto, é possível, num estalar de dedos, transformar uma reportagem em opinião paga pela esquerda, escrita por jornalistas “comunistas”. (Mello, 2020)

Um outro dado que corrobora com o que tem sido debatido neste artigo, é o que apresenta a Repórteres sem Fronteira (RSF), que monitora o grau de liberdade de imprensa em 180 países. A organização não-governamental com status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), na Unesco, no Conselho da Europa e na Organização Internacional da Francofonia (OIF), mantém em seu site um ranking de

países publicado desde 2013. O Brasil figura em 111º lugar na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa 2021<sup>26</sup>. No texto explicativo sobre a situação do país, é possível conferir o seguinte trecho:

O trabalho da imprensa brasileira tornou-se especialmente complexo desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018. Insultos, difamação, estigmatização e humilhação de jornalistas passaram a ser a marca registrada do presidente brasileiro. Qualquer revelação da mídia que ameace os seus interesses ou de seu governo desencadeia uma nova rodada de ataques verbais violentos, que fomentam um clima de ódio e desconfiança em relação aos jornalistas no Brasil. (RSF, 2021)



**Imagem 1** – Classificação do Brasil no ranking mundial de Liberdade de Imprensa (2021)

Fonte: RSF (2021)

O ranking, no entanto, nunca foi muito favorável ao Brasil<sup>27</sup>. Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), do PT, o mesmo

<sup>26</sup> Ver <https://rsf.org/pt>.

<sup>27</sup> “A classificação é elaborada a partir de respostas obtidas através de um questionário elaborado pela RSF, preenchido por especialistas da área. Soma-se a essa análise qualitativa, um balanço quantitativo dos casos de violência cometidos contra jornalistas considerando o período estudado. Ver <https://rsf.org/pt/metodologia>.

partido de Lula, já se verificava um baixo nível de liberdade no Brasil, tendo atingido sua melhor posição em 2015, quando o país figurou em 99ª lugar.

Ano	Posição		Ano	Posição	
2020	107 / 180	↓	2015	99 / 180	↑
2019	105 / 180	↓	2014	111 / 180	↓
2018	102 / 180	↑	2013	108 / 180	=
2017	103 / 180	↑			
2016	104 / 180	↓			

FECHAR A JANELA

**Imagem 2** – Classificação do Brasil no ranking mundial de Liberdade de Imprensa (2013-2021)

Fonte: RSF (2021)

Em que pese o fato do levantamento ser recente e o grau possível de subjetividade dos dados para o ranqueamento da RSF, os números apontam que a censura contra o jornalismo brasileiro não é fenômeno atual. Não começou na ditadura militar, tampouco no governo Bolsonaro. É preciso reconhecer os fatores históricos que compõem o cenário brasileiro, ora com maior, ora com menor ímpeto, a incidir sobre o que se compreende e o que se produz jornalisticamente no país. Modula-se as estratégias, mas, em geral, as tentativas de controle permanecem.

Nesse sentido, o papel do Estado neste cenário está tão limitado quanto a sua capacidade de regulação dos meios de comunicação, de acordo com a legislação vigente. A pouca garantia de liberdades



torna a imprensa suscetível ao controle. É o que se expressa nas ações de Bolsonaro durante sua passagem na presidência quando incitava a violência contra jornalistas, promovia desinformações utilizando-se do aparato da EBC e omitia informações a jornalistas. Ou, então, no favorecimento a meios de comunicação que se mostram alinhados aos interesses do presidente e seu grupo político.

### **Considerações finais**

A relação entre imprensa e poder no Brasil sempre foi marcada por uma ambiguidade muito forte. Em determinados contextos observa-se o arrefecimento dos ataques ao jornalismo por determinados setores, e, na melhor das situações, o silenciamento da crítica em relação a outros setores. Em geral, as tentativas de depreciação ao jornalismo sempre existiram no país, principalmente por parte de políticos e outros grupos da sociedade, sejam ligados a movimentos sociais ou a grandes corporações.

Como demonstram os dados indicados neste artigo, as ações de controle editorial não são uma novidade, tampouco é exclusividade de períodos marcados por governos de cariz autoritário no Brasil. Recursos financeiros, jurídicos, violentos ou outros, sempre fizeram parte da história do jornalismo brasileiro, inclusive em períodos ditos mais democráticos, onde haveria aparentemente maior liberdade jornalística.

Em alguns momentos da história as práticas de censura aparecem com maior evidência, em outros as ações se desenvolvem de maneira diferente, mas sempre com intenções similares. Não estamos dizendo, com isso, que os projetos políticos são semelhantes. É preciso que se reconheça estas diferenças, mas,

sobre isso, a Ciência Política e a Sociologia estão mais preparadas para oferecer respostas.

Neste trabalho, nos propusemos a olhar as forças que atuam sobre a imprensa (para um termo de maior amplitude temporal) brasileira, com a intenção de orientar editorialmente o que se publica. A partir da pesquisa bibliográfica, observamos dois pontos de vista possíveis sobre as origens do problema. O primeiro é o que considera os fatores que tornam a imprensa mais suscetível a certas condições de controle, sendo que alguns deles escapam à responsabilidade das empresas que atuam na área e dizem respeito a questões sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas no país, em geral, externas ao jornalismo. O segundo responsabiliza estes mesmos empresários pela subserviência decorrente dos benefícios que podem adquirir com o comprometimento com determinados grupos e que se expressa em formas de controle indireto de outras forças, mas que se exerce mais evidentemente no âmbito interno ao jornalismo.

Em ambos os casos, os governos e seus gestores, cujos interesses privados se expressam fortemente sobre as representações que se faz de seus mandatos e de suas vidas públicas e privadas, demonstram uma profunda preocupação com o que a imprensa publica. Mesmo Jair Bolsonaro, que não se cansa de menosprezar o trabalho jornalístico em seus discursos, ao fazê-lo publicamente, demonstra a importância que o jornalismo tem para sua carreira, seu projeto político e o grupo ao qual representa, quando tenta orientar a opinião pública para um ponto de vista diferente ou contrário ao que é exposto midiaticamente.

Ao fazer uso da estrutura do Estado, seja pelo poder financeiro, pelo uso da força repressora, ou

pela capacidade de mobilização social, o campo político exerce um papel premeditado. Destes setores não há qualquer compromisso com o jornalismo, a não ser que este possa ser instrumento para obtenção de benefícios políticos. Esta não é uma realidade exclusiva do Brasil.

As limitações impostas por tentativas de controle editorial, ou o que se convencionou chamar de censura, representam um desafio ao jornalismo mundial. A história do jornalismo em diferentes países é marcada por episódios desta natureza (Merril, 1974; Atton; Hamilton, 2008; Chalaby, 2002; Emery, 1962; Mcnair, 2009; Schudson, 2010; Traquina, 2012) e explicam, em grande parte, o sentido de crise do jornalismo (Alexander; Breese; Luengo, 2016).

Neste artigo, procuramos observar a realidade brasileira atual, relacionando a uma perspectiva histórica para contribuir com uma leitura ampla sobre as características do jornalismo brasileiro. Identificamos, a partir deste estudo, uma presentificação das ações de controle editorial, cujas práticas não se reservam exclusivamente aos períodos ditatoriais. Em sentido inverso, também as tentativas de controle atual da imprensa não são uma exclusividade do governo Bolsonaro e fazem parte, com maior ou menor grau, tanto de governos ditos mais conservadores como de governos ditos mais progressistas.

Nesse sentido, somos levados a concluir que a censura não é meramente conjuntural, mas está culturalmente constituída, relativizando o sentido legal de liberdade jornalística na chamada nova república brasileira.

Muitos destes mecanismos são recorrentes. Um deles é o financiamento ou beneficiamento de jornais

cuja linha editorial é favorável ao governante. Já a repressão pelo uso da força do Estado, seja legal ou policial, deu lugar a outras estratégias, substituídas pela judicialização dos conflitos com a imprensa, pelas ações de descredibilização e pelo exercício do poder econômico.

Este conjunto de fatores impõem limites ao jornalismo, confrontando sua credibilidade e o reconhecimento do seu valor público. É claro que há boas e importantes produções jornalísticas cotidianamente. Mas este potencial fica subsumido a uma condição desfavorável que dificulta a identificação do público com jornais, jornalistas e o jornalismo de modo geral, resultando em um ciclo problemático de baixa adesão do público ou indisposição ao financiamento coletivo com o qual o jornalismo brasileiro sempre conviveu e que o faz tão dependente dos interesses políticos.

Um grande desafio ao jornalismo brasileiro, portanto, é o de romper com o determinismo histórico que impõe uma tradição controladora que afeta o jornalismo como instituição de caráter público.

## Referências

ABERT. **Violações à liberdade de expressão**. Relatório anual 2019. Brasília: Abert. 2019.

ALEXANDER, J.; BREESE, E.; LUENGO, M. . **The crisis of journalism reconsidered**: democratic culture, professional codes, digital future. Cambridge: University Press, 2016.

ATTON, C.; HAMILTON, J. **Alternative journalism**. London: Sage, 2008.

BARBOSA, M. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. **Verso e Reverso**, v. 23, n. 52, 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/5785>. Acesso em: 23 jun.2020.

BARBOSA, M. Jornalismo no Brasil: dois séculos de história. In: SOUSA, J. P. (org). **Jornalismo: história, teoria e metodologia de pesquisa:** perspectivas luso-brasileiras. Porto (Portugal): Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

BERNARDES, C. B. As fontes de informação nas mídias legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. **Brazilian Journalism Research**, v. 7, n. 1, p. 32-49, 2011. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/284/287>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BREED, W. **Social control in the newsroom:** a functional analysis. North Carolina: University of North Carolina Press, 1955.

CAMARGO, C. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R., (orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.122-128.

CARVALHO, E. M. Financiamento da mídia no Brasil na era PT. **E-compós**, v. 23, p. 1–26, jan/dez 2020. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1999>. Acesso em: 13 jan. 2021.

CARVALHO, G. Censura tácita: percepção de jornalistas brasileiros sobre o controle editorial “nas redações”. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 3, p. 638-661, dez. 2020. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1155>. Acesso em 15 jan. 2021.

CARVALHO, G. **O espaço da mídia pública no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

CARVALHO, G.; FIGUEIRA, J. Historiografia da censura à imprensa brasileira: tradição, permanência e particularidades. **Tempo**, v. 28, n. 3, set-dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280310>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CHALABY, J. **The invention of journalism**. London: Palgrave Macmillan, 2002.

CHRISTOFOLETTI, R. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Rumores**, v. 12, n. 23, p. 56-82, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268348507.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

DIAS, A. B. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opin. Publica**, v. 25, n. 3, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762019000300472](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000300472). Acesso em: 5 out. 2020.

EMERY, E. **The press and America**: an interpretative history of journalism. New Jersey: Prentice-Hall, 1962.

FERREIRA, J. P. R. **O jornalismo na emigração**. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, 1992.

GALLAS, L. O que as afinidades políticas revelam sobre o negócio da comunicação no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/proprietarios-da-midia-afinidades-politicas-e-o-negocio-da-comunicacao/>. Acesso em: 5 out. 2020.

GRAMACHO, Wladimir. O equivocado debate sobre a 'mídia técnica'. **Observatório da Imprensa**, ed. 847, 21 abr. 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-equivocado-debate-sobre-a-midia-tecnica/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Bauru: Unesp, 2014.

KALLI, I.; SANTINI, R. M. Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política. **Relatório de pesquisa FESPSP/UFRJ**, 2020. Disponível em: [https://www.fespsp.org.br/store/file\\_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf](https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf). Acesso em: 13 set. 2021.

LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R., (orgs). **História da imprensa no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2012, p. 114-121.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R., (orgs). **História da imprensa no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, S. **Mídia controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. Curitiba: Paulus, 2005.

MCNAIR, B. Journalism and democracy. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. **The handbook of journalism studies**. Routledge, 2009.

MELLO, P. C.. **A máquina do ódio**: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MERRIL, J. **The imperative of freedom**: a philosophy of journalistic autonomy. Hasting House, 1974.

NUNOMURA, E. Y. **O mensalão impresso**: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja. Dissertação. Mestrado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, C. E. **Muito além do Jardim Botânico**: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TENGARRINHA, J. **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: Minerva, 2006.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2012.